

A CIÊNCIA QUE NÃO É VISTA NA ESCOLA: O ENSAIO SOBRE OS SABERES ÉTNICO-RACIAIS NA METODOLOGIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Billy de Almeida Andrade Filho ¹

Nivea Magno Farias ²

Maria da Conceição Fernandes Barroso ³

INTRODUÇÃO

Os saberes empíricos são obtidos e perpetuados de geração em geração, a ciência da sobrevivência partir do “fazer”, que se fundamenta em experiência ou crenças, sendo transmitido e validado de geração em geração, por meio da linguagem oral, de gestos e atitudes, mas que também é capaz de desenvolver senso crítico. São os chamados saberes populares, que são manifestados como chás medicinais, artesanatos, mandingas, culinária, entre outros; e fazem parte da prática cultural de determinado local e grupo coletivo. Com isso, desde que nascemos somos influenciados pelos costumes e tradições da cultura da qual fazemos parte. Haja vista a supervalorização dos conhecimentos científicos atualmente, os saberes advindos dos povos e comunidades originárias e dos povos escravizados, enfrentam o preconceito que perdura ofendendo e desvalorizando os conhecimentos do senso comum, produzindo uma hierarquia dos saberes.

Por conseguinte, na escola, a cultura dominante é transmitida naturalmente, sem questionamentos, e os saberes populares não são valorizados, a ciência que não se vê sendo trabalhada em suas potencialidades nas escolas, já que não são validados pela academia, contribuindo assim para a desigualdade social. A vista disso, em um princípio dialético histórico os desafios na temática sobre a educação indígena invisibilizam e excluem os povos originários e seus conhecimentos. Tal entendimento pressupõe compreender (Kayapó, 2019 p. 59) a “história como experiência humana — que é de classe e de luta, portanto vivida a partir de necessidades, interesses e antagonismos” (Vieira, 1991, p. 53).

É válido ressaltar que, para além dos saberes empíricos, os saberes científicos por meio dos conhecimentos socioculturais diversos. Hodiernamente (2023), celebramos o 20º

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal - UFPA, billy.filho@iced.ufpa.br;

² Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal - UFPA, niveamagno91@igmail.com

³ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal - UFPA, niveamagno91@igmail.com.

aniversário da Lei n.º 11.645/08 que torna torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, é resultante de tais mobilizações, escancarando a realidade da valorização da perspectiva da “história branca”, isto é, de matriz cultural europeia (Bettencourt, 2013), exigindo assim uma nova postura da escola, dos professores e dos pesquisadores (Kayapó, 2019). O que engendra a seguinte questão norteadora: a) Como na realidade os saberes étnico-raciais são trabalhados na educação infantil?

Para responder tal pergunta, devemos compreender que a exclusão promove o etnocídio e o epistemicídio, línguas e cosmologias. Por outro lado, os avanços ocorreram quando os saberes empíricos assim como os saberes étnico-raciais romperam barreiras e tomaram proporções para além do eurocentrismo, então a ciência comprovou a eficácia do reconhecimento das plantas medicinais pela população para fins medicamentosos, tratamentos fitoterápicos. Logo, quando os alunos adentram a , provocando a concepção colonial: do homem branco e hétero. Portanto, é válido ressaltar que o objetivo de ressaltar que a educação infantil deve utilizar saberes étnicos-raciais como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem para o desenvolvimento integral da criança. Pois, a história hegemônica produzida e ensinada, por sua vez, é fruto de uma dada visão de mundo, em que prevalece a versão dos grupos dominantes, em detrimento das histórias dos grupos subalternos.

Na educação, conforme o que consta na LDB - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 § 1º promulga que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. Entretanto, muitas vezes a formação continuada não atende muitos temas relevantes para a sociedade que infelizmente continuam a perdurar, o racismo nunca deixou de existir, até mesmo durante a pandemia. Além disso, em 2010 o

CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/2010. (Brasil, 2018; p. 11)

Desse modo, tais inclusões e valores que estão contidos na teoria da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018), na qual traz as seguintes competências gerais estabelecidas aos docentes que dentre as suas "orientações" deve-se:

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência

crítica e responsabilidade.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (Brasil, 2018 p.9-10)

Para tais competência é possível trabalhá-las por, meio de habilidades pelas quais os professores devem atender durante o processo de ensino-aprendizagem, como por exemplo as habilidades da BNCC apresentadas a seguir:

EF05GE02) Identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios;

(EF07GE04) Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras;

(EF09GE14) Elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas para analisar, sintetizar e apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e desigualdades sócio políticas e geopolíticas mundiais. (Brasil, 2018, p.377-385-393)

Em vista disso, de acordo com Comenius: "até hoje faltaram escolas que correspondem perfeitamente a seus fins" (PARO, 2011, p. 44 Apud. COMENIUS, 2002, p.103), tal assertiva reforça o quanta se faz necessário pensarmos a educação na formação integral do sujeito crítico, para além da do que se diz na BNCC os professores devem ser valorizados e respeitados desde a formação inicial até a garantia de formação continuada, mas não a que comumente ocorre na escola para que os professores cumpram carga horária, deve-se garantir o cumprimento das leis no processo de ensino-aprendizagem do desenvolvimento integral da criança, para fortalecer os processos de exercício democrático nas escolas na medida em que se constituem espaços de formação coletiva que propiciem o diálogo entre os sujeitos, garantindo permanente articulação entre teoria e prática, com sistematização que garantam a instauração de uma cultura reflexiva sobre a prática pedagógica, concebendo o educador como sujeito e criando alternativas reais de apoio ao trabalho docente" (Monção, 2011, P.58).

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente artigo, engendra-se de uma pesquisa com metodologia que seguiu os procedimentos bibliográficos que desde o: [...] registro disponível, decorrente de pesquisas

anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc (Severino, 2007), no qual, foram utilizados a leitura de obras de Edson Kayapó. Além disso, foram incorporados procedimentos documentais na análise da LDB e BNCC, presentes em toda a pesquisa.

Para interpretar tal cenário, sobre a inclusão e valorização dos saberes étnico-raciais na educação infantil, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental para fundamentação teórica deste resumo expandido. Além disso, foi assistida aulas para assim fazermos a observação para que fosse aplicado um formulário de abordagem qualitativa via *Google Forms* (pelo link ou QR Code), durante o mês de abril de 2023, com professores do ensino infantil.

A pesquisa de campo ocorreu na Escola Municipal de Educação Infantil Professora Lúcia Soares Castro, localizada no município de Belém, seus resultados foram analisados para que chegássemos a aproximações conclusivas, com o intuito de, analisar propostas de currículo escolar com fundamentos históricos e políticos da Lei n. 11.645/2008, e possibilidades de a escola dar audibilidade e visibilidade a estes povos e assim ressaltar que a educação infantil pode utilizar da ciência advinda dos saberes étnico-raciais como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa ocorreu em campo durante a experiência de estágio em Educação Infantil I e II, onde as atividades analisadas, refletidas e com isso possibilitaram resultados presentes na presente pesquisa. Para tanto, o formulário respondido pelas professoras que ressaltaram a importância de serem mantidas em anonimato respeitando a ética da pesquisa, não serão expostas. A pesquisa em campo iniciou em 18/04/2022 e encerrou no dia 08/06/2022, possível analisar o cenário no período ainda pandêmico, no entanto já no ensino presencial, com isso, é interessante ressaltar que a mudança das aulas remotas que foram a alternativa mais segura para a continuidade das aulas, para a volta ao presencial que também trouxeram consigo muitas dúvidas sobre a práxis docente. Contudo, foi possível notar lacunas no processo de ensino-aprendizagem que coloquem de fato em prática a lei 11.645/2008. Onde a "professora a" ao ser perguntada sobre a prática da lei pressuposta no processo de ensino-aprendizagem da EMEI Professora Lúcia Soares Castro, ela resalta que:

[...] Deveria ser, mas meus dez anos de experiência na educação infantil me faz esbarrar ainda em muitos entraves quando se discute uma educação que valoriza saberes étnico-raciais ou coisa parecida. Sei que na escola costuma ocorrer em festas e eventos das datas comemorativas, mas dificilmente fora

disso. Além disso, falta de recursos materiais e humanos, e falta de formação continuada sobre o tema. (Professora A).

O que escancara a falácia da falta de garantia de leis nas escolas municipais de Belém do Pará, a realidade nas escolas sobre tais vivências são apagadas e só ocorrem sazonalmente em eventos de Trata-se comemorativas, a falta de representatividade aquece o preconceito simbólico que continua sendo reproduzido, o que nós permitir denunciar tal descumprimento de uma lei obrigatório no processo integral da criança, devemos cumprir o compromisso político e ético pela defesa da pluralidade étnico-cultural dos povos indígenas, pois se trata de grupos humanos que têm seus direitos sistematicamente desrespeitados (Kayapó, 2019). Em seguida, quando perguntada sobre a importância da valorização dos saberes perpetuado de geração em geração, saberes étnico-raciais no desenvolvimento integral da criança a "professora a", ainda ressaltou que:

Realmente pouco se fala sobre os saberes populares, poucas pessoas percebem como importantes para o desenvolvimento das crianças na educação infantil, depois dessa eu vou buscar levá-los a minha prática de sala de aula, no momento sinceramente não vejo o que isso acrescentaria a mim ou às crianças da minha turma. (Professora A)

Com isso, é válido ressaltar que a educação que valoriza saberes étnico-raciais fazem parte sim do desenvolvimento integral da criança, pois são culturais e identitários. Dessa maneira, devemos ter acesso a possibilidades de como utilizá-los desde a formação inicial e na formação continuada. Entretanto, a formação continuada é a única alternativa comumente utilizada por profissionais e graduandos como salvação e solução de problemas, no entanto colocam a formação continuada apenas como "local de obrigatório de carga horária", não percebem que a docência deve ser valorizada e que a formação continuada deve ter todo um sentido em sua construção, para que os docentes de fato percebam o quanto é necessário e com isso busquem transformar e adaptar sua práxis para acolher e perceber lacunas que devem ser alteradas em um processo contínuo, isto é, o professor "muda" e leva para sua sala de aula e lá ele transforma o ambiente e suas alunos e com isso os seus alunos e o ambiente o transformam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, as aproximações conclusivas dos resultados deste trabalho é possível ressaltar que os conhecimentos dos povos originários podem auxiliar na educação ambiental e na vida dos alunos, além de ressaltar princípios de conservação, restauração e práticas

sustentáveis que beneficiam a sociedade em geral, que podem ser incluídos nas salas de aula.

Além disso, ressaltar que a educação infantil deve utilizar saberes étnico-raciais como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem para o desenvolvimento integral da criança, já que a educação sociocultural diversa proporciona alicerces que instigaram o processo de ensino-aprendizagem crítico com entendimento sobre identidade e cultura no desenvolvimento dos alunos.

Nesse sentido, ensino Ciências possibilita conhecimento crítico também pelos saberes étnico-raciais quando advém de uma prática com características e princípios do materialismo histórico dialético, pois quando isso não ocorre a ciência se prende em uma didática com tendências tradicionais, onde os livros didáticos se tornam bíblias de doutrinação da linguagem dominante.

Assim, é extremamente relevante para o desenvolvimento integral, identitário durante o processo de ensino-aprendizagem emancipador com um praxis com características: crítica, inovador, instigante e que valoriza saberes étnico-raciais. Portanto, com uma proposta do ensino lúdica, com interdisciplinaridade, criticidade tudo isso o ensino de ciências valorizando também os saberes étnico-raciais .

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 02/12/22..

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. 10 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 02/12/22..

KAYAPÓ, Edson. A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: o que a escola tem a ver com isso?. Educação em Rede, v. 7, p. 56-80, 2019. disponível em: https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2021/05/educacao-em-rede_volume-7_paginas-56-80.pdf

LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL

PARO, Vitor. Crítica da Estrutura da Escola, 248 págs., Ed. Cortez, tel. (11) 3611-9616, 32,40 reais

PENKAL, Lígia Loregian. A CONCEPÇÃO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS.. In: III Congresso Internacional de Direitos Humanos e Políticas Públicas: Democracias, desigualdades e lutas sociais. Anais...Curitiba(PR) PUCPR, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/humanitaspucprdh/125093-A-CONCEPCAO-DE-BOAVENTURA-DE-SOUSA-SANTOS-SOBRE-OS-DIREITOS-HUMANOS>>. Acesso em: 04/12/2022 16:29

VIEIRA. E. Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel. São Paulo: Cortez, 1991.